



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 1980

ANO VI

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

RESOLUÇÃO Nº 43/80

DATA: 26 de Setembro de 1980.

SÚMULA: Suspende, por inconstitucionalidade, nos termos de decisão definitiva do egrégio Tribunal de Justiça, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 01/78, a execução da Lei nº 587, de 28 de fevereiro de 1980, do Município de Ibiaporã. (Ofício nº 121/80 - Tribunal de Justiça).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único: É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Tribunal de Justiça, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 1/78, a execução da Lei nº 587, de 28 de fevereiro de 1978, do Município de Ibiaporã.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26/09/80
(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1980 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Luiz Alberto Oliveira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Trajano Bastos e Waldyr Pugliesi (36); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Antônio Facci, Cyro Martins, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Francisco Escorsin, Leônidas Chaves, Nilton Friedrich, Palácios, Pinto Dias, Renato Bueno, Romero Filho, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer e Wilson Eortes (21). Em licença o Sr. Deputado João Elisio.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção

de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Para integrar a Comissão Especial sobre Problemas Energéticos no Paraná, a Bancada do PTB será representada pelo Deputado que o presente subscreve.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 134/80, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A própria justificativa constante do projeto de lei, já ditado sobre a real necessidade de sua tramitação com a maior urgência possível nesta augusta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MÁRIO BRANDALISE, ocorrido no dia 03 transato, nesta Capital.

O infausto acontecimento vem enlutar tradicional família curitibana, pioneira do bairro de Uberaba, tendo prestado inúmeros serviços à sua comunidade, bem como soube engrandecer a classe dos funcionários públicos municipais onde prestou serviços por mais de trinta anos.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora GENI CAMARGO PASSOS, ocorrido no dia 05/10/80, na cidade de Campo Largo.

Tratava-se de tradicional família, e vinha comungando com o progresso daquela cidade. Após a decisão do Plenário, solicita seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. José Broliani, Rua Rui Barbosa, 1616.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER um voto de pesar pelo falecimento, no último dia 3, em Curitiba, do Sr. ALFREDO FRANCISCO KRAMER, casado com a Senhora Eliza Kramer, já falecida e pai de Milton, Oldemar, Nelson e Laci.

Alfredo Kramer, por duas vezes, integrou a Câmara Municipal de Curitiba, na qualidade de Vereador, exercendo forte liderança política na Capital.

Pertenceu ao Partido Social Progressista, ao Partido Democrata Cristão, à Aliança Renovadora Nacional e mais recentemente ao Partido Democrático Social, do qual, seu filho, Oldemar Kramer, faz parte, como membro efetivo do Diretório Municipal de Curitiba.

Da decisão Plenária, solicito seja cientificada a família do falecido.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1.980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANDREAS PROBST, ocorrido em Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família no seguinte endereço:

À

Família de ANDREAS PROBST
Rua Prefeito Devet P. Xavier 642 - fundos
Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO GOMES, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família no seguinte endereço:

À

Família de ANTÔNIO GOMES
Av. Manoel Mendes de Camargo 420
Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALFREDO KRAMER, ocorrido no dia 03 transato.

Outrossim, após a aprovação, solicita seja comunicada à família do referido senhor.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1.980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido em ata dos trabalhos da Casa, um voto de REGOZIO, pela passagem do 33.º aniversário do Município de Campo Mourão, que ocorrerá dia 10 de outubro

do corrente ano.

Requer, ainda, que se dê conhecimento ao Sr. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Justo é regozijarmos com a passagem de mais um aniversário de Campo Mourão, município que é sede de importante micro-região de nosso Estado e que colabora decisivamente com o progresso de nosso Estado.

E nós que representamos uma parcela ponderável de seus munícipes: nos associamos aos mesmos para, juntos, festejarmos mais essa efeméride que muito nos orgulha, desejando a todos os seus munícipes realizações de todos os seus anseios e aspirações.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozio ao jornalista paranaense DINO ALMEIDA, que nesta data está completando vinte e cinco anos ininterruptos de trabalhos na imprensa do Estado.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1.980.

(a) JOÃO MANSUR.

Apoioamento: — Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Falar sobre DINO ALMEIDA, é falar sobre o colonismo social dos jornais paranaenses, pois somente após emprestar seu nome é que este ramo do jornalismo passou a ser considerado um verdadeiro setor na imprensa de nossa terra.

DINO ALMEIDA iniciou suas atividades em 1.955 no jornal "A Tarde".

Após emprestar seu nome aos jornais "O DIA" e "DIÁRIO DO PARANÁ", hoje mantém a sua prestigiosa coluna "DINO ALMEIDA informa" no jornal "GAZETA DO POVO", onde se encontra já há muitos anos.

Além de jornalista, Dino é empresário, advogado e escritor, tendo publicado quatro livros: "Bandeirantes do Progresso", em três edições e "Mil Pensamentos Preferidos".

No momento em que comemora suas Bodas de Prata no jornalismo do Paraná, queremos que esta data, e temos certeza de que nossos pares assim concordarão, fique registrada nos Anais desta Casa de Leis, da qual DINO ALMEIDA é funcionário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário da Educação e ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, solicitando os estudos necessários com vistas a inserção de conteúdos de ensino obrigatório na área de Programa de Saúde sobre os males causados pelo uso do fumo.

A medida que ora é sugerida fundamenta-se no fato de ser a idade escolar o momento mais oportuno para a formação de hábitos sadios que refletem na própria família e sociedade em geral.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1.980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O relatório "Fumo e Saúde" liberado pelo Comitê Consultivo ao Surgeon General of the United States Public Health

Service declara que estatísticas atuais revelam que grandes fumantes de cigarros têm uma chance de dois mil por cento a mais de desenvolver câncer do pulmão que os não fumantes.

O índice de morte por doenças do coração é de setenta por cento maior nos fumantes do que nos não fumantes.

O mesmo relatório já citado afirma que 4.000 novos juvenis começam a fumar diariamente e que quanto mais o indivíduo fuma mais aumenta a chance do câncer e outras doenças no pulmão e coração.

Alerta-nos ainda, o Dr. Richard H. Overholt, famoso cirurgião do tórax, quando diz: "se a atual tendência continuar, cerca de 1.000.000 (um milhão) de crianças em idade escolar de hoje morrerão de câncer do pulmão antes de completar setenta anos".

Diante de tão alarmante fato, cumpre-nos, obrigatoriamente, o dever de provermos meios de conscientização dos grandes perigos que a droga causa à humanidade. E a escola é o mais adequado desses meios.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação e aprovação do Plenário, seja convocado o Excelentíssimo Senhor Edson Machado de Souza, DD. Secretário de Estado da Educação, a comparecer em Sessão Plenária desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre assuntos atinentes à sua Pasta, especificamente no que diz respeito a reivindicação do Magistério Público que se sente marginalizado e, por essa razão, segundo anuncia a imprensa tem já programada greve da classe a partir do próximo dia oito (8) do mês corrente.

O presente pedido tem o seu respaldo no artigo 20 da Constituição Estadual, devendo ficar notificada a autoridade convocada das consequências previstas no parágrafo primeiro, da mencionada disposição, caso, devidamente convocada, deixe de comparecer.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1.980.

(a) LINEU TURRA.

Apoio: Renato Bernardi.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA e NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seja procedido a construção de calçamento e meio-fios nas Ruas: Maria Messagi, Avenida Paraná, Rua Padre Anchieta, Manoel da Nóbrega, Interventor Manoel Ribas, Euclides da Cunha, Londres, Washington e Avenida Brasil.

A presente solicitação se faz necessária, face ao elevado número de pessoas que ali transitam e que nos dias chuvosos sentem grande dificuldade de se locomoverem devido ao lamaçal que se forma por falta de calçamento e meio-fio.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1.980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O jornalista Dino Almeida, que hoje completa 25 anos de intensa e profícua atividade jornalística, tem seu nome definitivamente inscrito entre os profissionais da imprensa brasileira com o mais seguro e cativo público-leitor.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que Dino pertence àquela rara confraria dos homens de comunicação dos veículos escritos que dispõem, a qualquer tempo, em qualquer hora, de

uma multidão de leitores que são, por sua vez, os multiplicadores de opinião.

Dino, pois, com o qualificado padrão de colonismo que hoje exerce, credencia-se, na sociedade contemporânea, ao papel extraordinário de formador de opinião junto a um público dotado de excepcional acuidade cultural e política.

São homens e mulheres que hoje formam seus fiéis leitores no tradicional "Gazeta do Povo" e nos muitos outros veículos que também acatam as informações e as opiniões que ele difunde.

O jovem iniciante nas atividades jornalísticas, que chegava às páginas do jornal "A Tarde" - pelas mãos de Protásio Carvalho -, no ano de 1.955, escrevendo num estilo próprio, renovando a então inóspita atividade de colonista social, cresceu e cresceu tanto a ponto de tornar-se hoje - sem sombra de qualquer dúvida - num dos jornalistas mais conceituados do Brasil.

A constância do trabalho que exerce, a modernização da linguagem jornalística, acompanhando o advento de novas técnicas de comunicação de massa, e a irrefreável sede que Dino tem pela notícia, transformaram-no num ponto referencial da imprensa diário do Sul do Brasil.

Leitura obrigatória, diariamente, de quem tem papel relevante na vida paranaense, sob pena de se tornar uma pessoa desinformada.

O Dino Almeida, filho de família ilustre de Papanduva, Santa Catarina, cidade fundada por seu avô paterno - coronel Severo de Almeida - percorreu um longo caminho, em veículos como "O Dia", "Diário do Paraná", revistas "Clube" e "Quatro Estações", amadurecendo todo um programa de trabalho.

Os anos fizeram de Dino um profissional atualizado sempre com os sopros de renovação da imprensa.

Assim, aquilo que de início deveria se constituir numa mera coluna social, de atividades mundanas, foi-se adaptando com o passar dos tempos, ao espírito do colonismo que era capaz de enxergar além do mundo imediato das festas e das ocorrências meramente burlescas.

E como resultado da acuidade jornalística de Dino Almeida, temos hoje, na "Gazeta do Povo", um padrão de jornalismo informativo freqüentemente dosado com a opinião segura, a crítica precisa e inteligente; a observação criteriosa.

Dino interfere, pois, na vida paranaense, todos os dias, ao entregar a dezenas de milhares de leitores, o trabalho diário que resulta - por sua vez - de um longo aprendizado iniciado em 1955.

E é impossível, nesta rápida justificativa, dimensionar toda a ação do jornalista Dino Almeida, nestes 25 anos de atividade, sua presença na comunidade, a missão também humanitária que ele tem exercido.

O jornalista ávido pela notícia, compromissado com sua comunidade, freqüentemente volta-se no silêncio para obras de benemerência, para a promoção social.

E dentro do espírito evangélico - "não saiba a tua mão direita o que faz a tua esquerda" - Dino envolve-se plenamente neste trabalho de atendimento do próximo.

Ora são as cadeiras de roda que faz entregar aos necessitados, aos desvalidos; ora são ações em que se embrenha de corpo e alma, agindo junto com instituições de serviço comunitário, como o Rotary Club Internacional.

Esta instituição, aliás, numa prova de agradecimento a quem por ela tem atuado de forma desassomburada, concedeu a Dino Almeida a "Medalha Paul Harris".

Trata-se da mais alta distinção da organização de serviços a nível internacional.

Dino Almeida é hoje, enfim, um nome por todos os títulos elogiáveis, já que sua ação como homem de imprensa tem transbordado, ao longo destes 25 anos, para os múltiplos campos em que se desdobra a vida paranaense: o social, o eco-

nômico, o cultural, o político.

As manifestações desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de regozijo pelos 25 anos de jornalismo que Dino Almeida hoje completa são, no mínimo, dever de justiça, motivo pelo qual, requeiro à Mesa, na forma regimental, um voto de congratulações ao destacado jornalista.

Da decisão Plenária, requeiro, ainda, sejam cientificados o homenageado e o Diretor da "Gazeta do Povo, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1980.

(a) Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra no Grande Expediente, ao nobre Deputado José Domingos Scarpelini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna da Assembléia, na tarde de hoje, é um assunto de relevante interesse da comunidade apucaranaense e paranaense.

Venho usar do direito que tem o representante do povo em mostrar, em denunciar ao Paraná e à Casa que pertence, os abusos e absurdos que são cometidos pela administração pública do Estado do Paraná e também no Brasil.

Mas vou me deter a um assunto que trata diretamente da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, Fundação Estadual, com sede em Apucarana e que tem, à sua testa, a famosa "gang" maluca do ensino do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, irei fazer um relato daquilo que aconteceu e daquilo que está acontecendo lá na nossa cidade.

Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná nomeou, para dirigir a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, um homem totalmente despreparado, sem a mínima consciência do que é a administração pública e a vida pública, um homem que de vendedor de adubo, - e por sinal um vendedor até de nota fria de adubo, foi indicado em uma lista sextupla contemplado com a nomeação para ser diretor de uma das faculdades mais importantes para o Paraná.

E aí, há dois anos atrás, começa a história de um dos maiores roubos que se viu e que se está vendo em termos de educação em nosso Estado.

Quando assumiu o cargo de diretor da Fundação, não fez outra coisa se não punir e vingar aqueles que com ele não concordavam, que com o seu pensamento não aceitavam punir professores e contratarem asseclas para participar do quadro de uma das faculdades mais importantes.

Em seguida, este diretor, montou um esquema para a compra de uma faculdade que pertence à Associação Paranaense de Ensino Superior e passou a ser diretor da Fundação Estadual, bem como diretor desta associação que é mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Apucarana.

E com o dinheiro do povo, da Fundação Estadual, ele começou a pagar, através de uma portaria em que ele, Diretor da Fundação Estadual, se autorizava a fazer pagamento da folha de pagamento da outra Faculdade em que ele também é diretor. Uma particular, outra estadual.

Montou também uma gráfica, famosa gráfica, que me parece que é composta de tipos de ouro.

Uma gráfica que se fosse de ouro talvez fosse mais barata, mas o diretor é milagroso, tudo em que ele põe a mão se transforma em ouro.

Montou uma gráfica sem concorrência pública, sem

obedecer as normas previstas no direito administrativo.

Com estes dois fatos, os Curadores da Faculdade Estadual procuraram ter acesso aos livros de contabilidade da instituição, mas nunca foi permitido.

E inclusive um dos curadores é o Prefeito Municipal de Apucarana, que foi quem lutou, que foi quem agiu politicamente, para que esse homem fosse o diretor da fundação.

E os Curadores não tiveram acesso. E há 5 meses atrás, o Líder do MDB na Câmara Municipal de Apucarana, o Vereador Carlos Roberto Scarpelini...

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Scarpelini, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência.

Mas à sua fala, quero destacar quando Vossa Excelência diz que o Prefeito, um dos Curadores e que ajudou na indicação do atual Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Quanto à indicação desse Diretor, como bem frisou Vossa Excelência no início de sua fala, a Congregação reuniu e fez a indicação numa lista sextupla.

Esta lista veio ao Governador do Estado. E claro que da Cidade de Apucarana indicações vieram; algumas em favor de Valdir Marin e outras em favor de outros candidatos.

O Prefeito apoiou a indicação de Valdir Marin, como muitas outras pessoas também fizeram a indicação.

E quero afirmar a Vossa Excelência que teve o meu aval também.

Mas, acredito que a pessoa é boa até o dia que deixa de ser ...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Mas o Sr. Valdir Marin, nunca foi bom.

O Sr. Gilberto Carvalho — Se veio a indicação, como eu tenho, de gente boa de Apucarana, acho e Vossa Excelência sabe, nós fizemos a indicação.

Mas, tão logo houve a ação de alguns dos Curadores, um que Vossa Excelência bem conhece, Sr. Hanke e várias pessoas, nós pedimos que fosse autorizada através do Conselho dos Curadores, uma auditoria que demorou a se concretizar. E foi pedido ao Sr. Secretário que tomasse as providências. E ele designou uma comissão de sindicância e nós estamos aguardando a solução. Não estou falando, nobre Deputado, para contestar a fala de Vossa Excelência, em absoluto. Mas para destacar que quando foi feita a indicação ele estava em condições e veio com a aprovação da congregação.

Então nós temos que destacar a indicação, da atuação dele. Quanto à atuação dele, se forem provadas as denúncias que Vossa Excelência vai fazer, que tomei conhecimento, e Vossa Excelência já havia me falado alguma coisa, terá o nosso apoio, para tirar Valdir Marinho da Faculdade.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Quem agradece, é quem usa da palavra na tribuna.

Mas como estava dizendo, o Vereador, Líder do MDB, promove na Justiça de Apucarana, um pedido de providências, encaminhado ao Juiz de Apucarana, um Juiz de Direito, Promotor da Comarca, que é o Curador "Ad natum". E é constituída uma Comissão de Peritos, que iria ter acesso aos livros de contabilidade da Faculdade, para que se pudesse de uma vez por todas, ter as provas documentais das irregularidades que estavam sendo cometidas, pelo arbitrário, prepotente, desonesto diretor daquela Fundação. Um Curador também vai à Justiça na busca do seu direito. Porque o Sr. Valdir Marin proibiu, inclusive, a entrada dos curadores na Secretaria da Faculdade, como se aquela Faculdade fosse só dele.

E um dos Curadores, não satisfeito com essa posição do di-

retor, peticiona em juízo, no mesmo sentido, e o juiz, então, determina, que os dois processos passem a ser um só, e marca a peritagem, nomeia os peritos.

Quando ia se instalar a Comissão de Perícia, nomeada pelo Juiz de Direito da Comarca de Apucarana, no dia 19 de setembro, o Sr. Valdir Marinho, homem que nada deve e nada teme, vem ao Tribunal de Justiça e alega a infiltração comunista dentro do Diretório; e alega que o Sr. Edgar Rankel, tentando praticar a anarquia e a desordem na Cidade de Apucarana, fizera aquelas denúncias contra ele e contra o corpo diretivo da Fundação.

Alega que o Vereador e o Curador não têm condições de ir a juízo, porque não eram partes competentes na matéria, e tira uma liminar em um mandado de segurança; mandado de segurança impetrado à véspera do dia em que ia se instalar a Comissão.

E é suspensa a peritagem, e o Sr. Valdir Marinho, Diretor, sai às ruas, à imprensa, dizendo que vai por na cadeia o Curador e o Vereador, por denúncia caluniosa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a "gang" maluca continua solta; sai de Apucarana vai a Assis Chateaubriand, e lá usando da influência e da cobertura que tem, funda uma Universidade Municipal, criada por uma lei da Prefeitura do Município de Assis Chateaubriand.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permitiria, na sequência, um aparte?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Perfeitamente.

E ela se torna interestadual - Associação Paranaense de Ensino Superior - atravessa as fronteiras, salta o Rio Paraná, galopando pelo Mato Grosso do Sul, vai a Rondonópolis, no Mato Grosso do Norte, e lá funda uma outra Universidade Estadual, criada por lei municipal, no Município de Rondonópolis.

O Ministério da Educação, através da Delegacia de Cuiabá, proíbe o vestibular e aciona a Polícia Federal, para que prenda esses subvertedores da ordem, que querem implantar faculdades-fantasmas em todo canto.

E eles se frustram. Em Assis Chateaubriand e em Rondonópolis. Enquanto isso, a Fundação Estadual de Apucarana está acéfala, abandonada, roubada, ultrajada, uma das melhores faculdades do interior do Paraná, com 1.200 alunos, que em assembléia geral, propõe a greve e paraliza as aulas em Apucarana. Noventa e oito por cento dos alunos aderem à greve, e hoje, ao décimo terceiro dia de greve, os alunos não aceitam em voltar às aulas com o Sr. Valdir Marinho à testa da direção da Faculdade; outros formandos não aceitam receber o diploma com assinatura de tal diretor e Vossas Excelências imaginem que o Sr. Valdir Marinho criou uma polícia especial, dentro da faculdade, uma polícia movida a álcool, uma polícia movida a uísque, que, enquanto os alunos estavam reunidos no Diretório Acadêmico, 8 ou 9 bêbados se dizendo segurança do Diretor, invadem o Diretório, para baterem em alunos, para baterem em professores que estavam solidários à greve.

A polícia movida a álcool do Sr. Marinho funcionou porque durou bem poucos minutos a briga, caíram todos e os cachorros ficaram lambendo na boca dos policiais do Sr. Valdir Marinho, bêbados, irresponsáveis e desqualificados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de conceder aparte ao Sr. Deputado Renato Bernardi, que já fez, também, várias denúncias, vários pedidos de providências, na qualidade de Líder de meu Partido, nesta Casa.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Scarpellini, quando Vossa Excelência impossibilitado, em sua licença, nesta Casa, me solicitou uma providência, ocupamos a tribuna no dia 10 de junho, pedindo providências, encaminhando documentação

que Vossa Excelência nos forneceu.

E para surpresa nossa, a resposta oficial não veio para este Poder.

Mas, uma carta foi dirigida pessoalmente a este Deputado denunciante, dizendo que o assunto era inoportuno, porque as providências já tinham sido tomadas.

E agora, na semana retrasada, voltamos à tribuna, diante de fato concreto da greve decretada em Apucarana.

Nesse instante, Vossa Excelência volta à tribuna, no décimo terceiro dia da greve de Apucarana, da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana que já foi, sem dúvida, uma das excelentes escolas de Economia da região Sul do País.

Podemos testemunhar inclusive com professores da Universidade Estadual de Maringá, formados pela Faculdade de Ciências Econômica, representando bem o que foi aquela escola.

Entretanto, a situação que aí está mostra bem o que é hoje aquela Faculdade.

Mas, também, nobre Deputado, fica-se a pensar que toda a carga vai contra a figura do Sr. Valdir Marinho. Entretanto, se ele fez tantas trapaças como está fazendo em Apucarana, como está fazendo em Assis Chateaubriand, como está enfrentando a Polícia Federal, a Delegacia do MEC, de Cuiabá e o próprio órgão do Ministério de Comunicações, ao conseguir desligar uma antena repetidora de televisão para que, em Rondonópolis, os telespectadores de lá não pudessem sintonizar o noticioso da televisão de Cuiabá, indicando as providências do MEC e da Polícia Federal, há de se supor que esse homem tem costas quentes e deve ter ramificações de seu grupo, inclusive dentro da própria Secretaria da Educação e Cultura.

Porque, veja Vossa Excelência, que, quando muitas vezes, um simples diretor de escola de 1.º grau, por qualquer motivo, às vezes até por falta de instrumental físico e material, não manda para a FUNDEPAR, as 4 vias da prestação de contas - quantas vezes vimos diretores sendo advertidos e afastados, dentro da sua própria boa vontade, mas por falta de material, na prestação de contas de alguns centavos à FUNDEPAR.

E esse homem abre um rombo na Faculdade de Apucarana, no ensino superior de Apucarana de perto de vinte milhões de cruzeiros, e ainda assim a Diretoria de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação do Estado, sai a público a dizer que as providências já foram tomadas, é uma demonstração clara que, neste País, em razão do autoritarismo que aí está, da prepotência dos tecnocratas que estão a serviço do Poder Executivo, a serviço de interesses que não dizem respeito ao nosso povo e às necessidades reais da Nação brasileira.

Criar uma estrutura de poder, em que se procura o faturamento pessoal, financeiro em todas as atividades do serviço público.

Quando se diz que, em 1964, existiam no Brasil 150.000 estudantes de 3.º grau de ensino superior, e que hoje, as Secretarias de Comunicação Social, dos diversos Governos estaduais, da Presidência da República e de outras coisas mais, vêm a público a dizer que temos um milhão e meio de universitários.

É bom frisar que, a rede oficial de ensino superior, aquela conquistada pelo povo na década de 30, através do ensino realmente gratuito, formando mão-de-obra especializada, esta não aumentou.

Aumentaram sim, as vagas em cima de uma nefasta indústria leiga de educação.

Estão aí os supletivos a cobrar o olho da cara dos estudantes e estão aí, essas indústrias de ensino superior a fazer uma verdadeira sangria financeira nas famílias dos trabalhadores, mas sem dar em contra partida, aquilo que é fundamental da vida universitária, que é uma formação de mão-de-obra especializada séria, que é o amparo à pesquisa e à formação de lideranças sociais.

E por isso, não estranha que a existência e a proliferação

dos Srs. Valdir Marins da vida.

Mas, não é só o caso de Apucarana, parece-me que existe toda uma estratégia de desmoralização do ensino superior, como instituição, e a criação de um ambiente favorável, a esse tipo de indústria, que visa, fundamentalmente, enriquecer uma minoria de pilantras e trampolineiros da vida.

Parece-me que esta Casa ao discutir este assunto, deveria parar um pouquinho, para refletir sobre o modelo educacional falido, sobre uma reforma universitária que veio, isto sim, atender aos interesses da repressão autoritária do País dos últimos 16 anos, fazendo da corrupção a sua grande arma, fazendo da laicização do ensino a sua grande tática e favorecendo a abundância de uma mão-de-obra que não é especializada e não é preparada.

E criando, como essas pessoas, que tendo conseqüentemente, culpa em cartório, passam a ser também, trampolins para a permanência do autoritarismo que aí está.

Eu sei inclusive, a que grupo político deve ter se filiado o Sr. Valdir Marin; sei que não é em nenhuma alternativa de oposição.

Obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Agradeço ao nobre

Líder o aparte e concordo plenamente, com o que Vossa Excelência pensa. Porque existe realmente, uma falência, uma crise de autoridade e nós estamos vivendo ela nesse momento.

Eu, trato do assunto isolado hoje, da Fundação Faculdade de Apucarana, não que outros não estejam afetos à nossa pessoa, entendo que a falência do ensino ela já está decretada.

E nós, a classe política e os homens de bem desta Nação, devemos nos empenhar para vermos realmente implantada uma democracia plena, que só ela poderá tirar a Nação do caos em que vive.

Mas, tem muitos “Valdir da Vida” e eu quero falar daquele Valdir que está na minha vida, na vida da minha cidade.

O Sr. Valdir Marin um bem falante, bon vivant, audacioso, corajoso, porque tem realmente uma cobertura que vai além dos limites de Apucarana.

A gráfica da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, que deve ter sido a gráfica que imprimiu o primeiro jornal que circulou no mundo, uma gráfica obsoleta, que deve estar custando aos cofres públicos do Estado aproximadamente dez milhões de cruzeiros, tem sido a gráfica usada pela Secretaria da Educação para imprimir o material ou parte do material que a Secretaria usa nas suas escolas em todo o Paraná.

Mas é o milagre dos pães. Se a gráfica não tem condições de imprimir nenhum panfleto, como ela pode imprimir grande parte do material que a Secretaria da Educação do Estado consome?

E aí surge o outro lado da estória. Um ex-Diretor da gráfica, que se encontra fugido no Estado do Mato Grosso, porque me parece que nem o Paraguai quis aceitar a sua fuga, me contou que a Secretaria contrata os serviços da gráfica da Fundação de Apucarana, e a gráfica de Apucarana que não tem condições de imprimir vai à Cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e imprime o material para a Secretaria na gráfica do Rio Grande do Sul. E vêm caminhões...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que lhe resta um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Vou deixar o assunto da gráfica para depois.

Mas, a empresa Foto Print Color Ltda., atendendo a um

editado publicado no jornal “Tribuna da Cidade”, participou de uma concorrência de Apucarana para vender fotolitos, e material de off-set.

Fez a carta proposta, emitiu a nota-fiscal, a Faculdade empenhou e pagou.

O cheque saiu em nome da Foto Print Color de São Paulo.

Eu fui na Foto Print Color em São Paulo, e caí duro ao ver que a Foto Print Color nunca vendeu nada para a Fundação Faculdade de Apucarana; que nunca participou de concorrência e que nunca recebeu numerário nenhum daquela Fundação.

E aí fui saber, a gráfica de Apucarana imprimiu papel ofício da Foto Print Color. O Diretor imprimiu depois, logo em seguida nota fiscal e ele mesmo preencheu a nota fiscal no valor que ele queria, de hum milhão quatrocentos e oitenta. Ele mesmo empenhou, ele emitiu o cheque para a Foto Print Color, falsificou os carimbos dessa empresa de São Paulo, e foi ao banco e retirou o dinheiro, com a falsificação dos carimbos e de assinatura.

E agora que foi descoberto este crime de falsidade ideológica, crime contra a economia popular, crime contra a fazenda, estelionato, eles estão tentando mexer na contabilidade para substituir uma nota fiscal por recibos.

Então, como já disseram, em última hipótese, irão por fogo lá nos livros de Contabilidade da Fundação.

Prestaram contas ao Tribunal e à Secretaria da Educação, mas não consta o número da nota fiscal e nem a empresa que recebeu.

Só diz que para serviços foi gasto hum milhão quatrocentos mil cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente é muito grave a situação da Fundação de Apucarana, e o nobre Deputado Gilberto Carvalho que também está empenhado em dar uma solução, porque hoje será rezada uma Missa na Catedral de Apucarana pelo Bispo daquela cidade, de solidariedade aos alunos e aos professores grevistas.

E sabe Deus o que poderá acontecer de agora em diante se o Estado não tomar uma providência enérgica, não fazer a intervenção imediata na Fundação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra a presença, em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Osvaldo Macedo.

No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Fizemos revolução para resgatar o direito do povo, o único e verdadeiro direito, que é o direito de não ser oprimido, que é o direito de não ser explorado”.

TOMÁS BORGE

No Brasil, o golpe de 1964 não alcançou os objetivos sociais almejados pelo povo.

Ao invés da emancipação da classe trabalhadora, vemos o país inteiramente dominado pelos grupos estrangeiros; ao invés de buscar uma transformação humana numa escala de massa, o golpe de 64 preferiu se aliar com quem abertamente afirma que a classe trabalhadora é ignorante a ponto de não poder se emancipar.

A classe dominante que tutelou este País, sabe que a multiplicidade crescente de lutas é uma realidade irreversível. A democracia é a primeira grande meta.

Os militares que se revezaram no Poder nestes últimos 16 anos, demonstraram total inabilidade administrativa. Por

absoluta falta de capacidade, deixaram o País mergulhar no caos absoluto.

Carlos Fonseca Amador, dizia: "Não se trata de conseguir uma mudança de homens no poder, mas sim, uma mudança de sistema, o derrocamento das classes exploradoras e a vitória das classes exploradas".

Nada é eterno. O Capitalismo, o cinismo, o arbítrio, a corrupção, o entreguismo, a mentira, as classes dominantes, a repressão exercida de formas variadas sobre as grandes massas, nada é eterno.

O atual regime, aluno estudioso da Trilateral, tortura de fome o povo brasileiro. A deficiência alimentar da grande maioria da população agrava-se de forma desumana. Segundo levantamento do INAN-Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, os salários cresceram duzentos e três por cento de 1977 até julho deste ano e o item alimentação chegou a crescer quatrocentos e vinte e oito por cento em certas regiões brasileiras.

O capitalismo não provê as necessidades básicas de vida de seus trabalhadores, levando-os assim, a viver um tipo de vida puramente vegetativo, em função dos salários miseráveis. A classe trabalhadora no Brasil amanhece todos os dias mais pobre, chegando às raízes do empobrecimento absoluto.

O empobrecimento dos trabalhadores urbanos e da zona rural, nos últimos 10 anos se expressa numa diminuição de sua participação na riqueza por eles mesmo gerada, num aumento da exploração, num achatamento da renda real e em uma concentração de renda nas mãos de uma pequena camada privilegiada.

Segundo o INAN, em São Paulo, o crescimento percentual de preços ao consumidor, de produtos alimentares, atingiu duzentos e vinte e oito por cento e os salários subiram cento e noventa e cinco por cento. Foi o melhor índice entre as 10 capitais pesquisadas.

Em Recife, contudo, foi registrado o maior aumento dos alimentos - quatrocentos e vinte e nove por cento - enquanto os salários não subiram mais do que duzentos e três por cento. Em Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, o desequilíbrio foi gritante: os preços dos alimentos básicos e tradicionais atingiram a ordem de trezentos e cinquenta por cento contra duzentos e três por cento de salários no período 1977-julho/80.

Ainda segundo o INAN, o maior bolsão de pobreza do Brasil está localizado na faixa do litoral Nordeste e o Centro-Oeste. Nos sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, as famílias não possuem metade da renda necessária para uma alimentação básica suficiente e para as despesas mínimas não alimentares. Esta região de extrema pobreza se prolonga ao Norte até o Maranhão e o Pará, atinge o Oeste de Goiás e se estende até o Sul de Minas. O Norte do Paraná, com os "bóias-frias" multiplicando-se, já começa a sentir os efeitos de tal desequilíbrio, notando-se a concentração dos bolsões de pobreza nas periferias dos grandes centros urbanos.

O levantamento mostra ainda que além dessas áreas de concentração da pobreza, verifica-se insuficiência de renda praticamente em todo o território nacional. A situação chega a tal ponto que em algumas regiões do interior nordestino, a população se alimenta de ratos, animais mortos e folhas de árvores.

Levantamentos oficiais indicam que 62,7% das famílias brasileiras, recebem um rendimento mensal de até dois salários mínimos. No Nordeste e em algumas regiões do Centro-Oeste e mesmo da região Sul, quarenta por cento das pessoas recebem até meio salário mínimo. Trocando em miúdos: metade da população ativa do País, recebe de meio salário a dois salários mínimos.

No setor industrial, os dados indicam que oitenta por

cento dos trabalhadores não conseguem alimentar decentemente suas famílias. Isto sem contar moradia, transporte, vestuário, saúde, etc...

Esses desníveis criam condições degradantes de nutrição, habitação, transporte e ausência total de gastos com higiene, educação, lazer. E o que se nota é a velhice prematura, doenças, distúrbios nervosos, acidentes de trabalho, abalo físico e espiritual.

Baixas rendas e a conseqüente má nutrição, conduzem também a aumento de mortalidade infantil. Todo ano no Brasil mais de 300.000 crianças morrem antes de seu primeiro ano de vida. Entre 1974 e 1978, aproximadamente dois milhões de crianças morreram por causas que poderiam ser evitadas, como diarreia, sarampo, tétano e outras doenças que têm como denominador comum a extrema miséria.

Além do mais, há 15.000.000 de crianças na faixa dos 2 a 6 anos totalmente subnutridas. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a má nutrição é responsável por setenta por cento das mortes infantis abaixo da idade de 5 anos, no Brasil. A taxa de mortalidade infantil do Brasil só é menor que a taxa do Haiti.

Mas o Governo aí está, construindo Usinas Nucleares, entregando nossas riquezas para os estrangeiros, sendo o pai da corrupção desenfreada e incontrolável.

Os detentores do Poder aí estão, com o espectro do comunismo a habitar mentes doentes; com perseguição a estudantes e operários; compactuando com o terrorismo fanático dos extremistas da direita fascista; com as mordomias romanescas, com seus Ministros incompetentes.

O Parlamento aí está, sem poder, conspurcado, maculado, aviltado com as vaquinhas de presépio a dizer "Sim, Excelência", "Sua benção, Excelência", e os biônicos, gerados pelo monstro, verdadeiros AI-5, ridicularizados, grotescos, exemplo mais repugnante de servilismo, verdadeiros eunucos do legislativo, estelionatários da política, batedores de carteira cívica. É este o Brasil. Um retrato preto-e-branco.

"Não prevalecerá o homem cheio de condecorações. Porque os exploradores não serão esquecidos a vida inteira.

A esperança dos pobres não falhará sempre

Os pobres terão um banquete. O nosso povo celebrará uma grande festa. O povo novo que vai nascer".

CARDENAL".

O Sr. Renato Bernardi - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Fiori Luiz, sinto-me até constrangido em dar-lhe este aparte, depois deste trecho em que Vossa Excelência retrata com tanta veemência uma situação real e objetiva que aí está.

Mas, parece-me que nós temos uma grave responsabilidade, porque, veja Vossa Excelência que, com essa urbanização acelerada porque passou o País, um País continental como o nosso, que teria que ter uma vocação agrícola, mas tem toda a sua população numa tendência urbanizante, se apertando, se inchando, se espremendo nas grandes cidades, venha demonstrar claramente que nós já perdemos uma geração; e com esse quadro que Vossa Excelência mostra, estamos, agora, - nós, da geração atual, - estamos agora assinando um compromisso histórico com a Nação, porque estamos perdendo também a geração futura. Tantas crianças fora das escolas, um modelo educacional que não está atendendo às necessidades, um modelo de saúde que não visa ao atendimento das necessidades populares, e, acima de tudo, enquanto a classe política se debate com a parafernália de leis, portarias, uma burocratização excessiva para formação de novos agentes partidários, a questão social brasileira se agrava e se aprofunda.

E, enquanto nós formamos diretórios no interior, quantos

milhares de crianças estão morrendo pelas endemias que aí estão.

Já perdemos nesta segunda metade do século XX, uma geração de 43.000.000 de brasileiros.

E com a nossa inconsciência, e com o calejamento da consciência cívica nacional, estamos também, perdendo a geração futura, e creia Vossa Excelência, nós seremos cobrados, e cobrados severamente, por este crime que se comete contra a Nação brasileira, por esse verdadeiro genocídio que estamos cometendo num País agrícola, num País continental, mas num País com os camponeses sendo tangidos dos campos e remetidos para as cidades; com a nossa infância totalmente desvalida, sem perspectivas para o futuro, com os nossos velhos abandonados e descuidados, sem uma política para os idosos, perdemos uma geração e estamos perdendo também, a futura.

E seremos cobrados por isso.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço o aparte do nobre Líder do PMDB.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

O SR. EDILSON ALENCAR — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (Soam os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada 36 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 49/80, (Mens. Govern. n.º 50/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão e conservação de prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da sede dos referidos municípios. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

O SR. MÁRIO CELSO (Pela ordem) — Solicito a chamada nominal novamente, para comprovar os 36 Srs. Deputados, presentes nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Sr. Deputado, que há questão de minutos anunciou a

presença de 36 Srs. Deputados, já em seguida pedida a verificação de votação pelo nobre Deputado.

O SR. MÁRIO CELSO — É uma informação que eu peço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere o pedido de Vossa Excelência e procederá novamente a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal) Encontram-se presentes 32 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberar.

A Mesa procederá a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Erondy Silvério.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 49/80, queiram levantar-se. (Pausa).

24 Srs. Deputados o aprovam;

nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para deliberação e sim, para prosseguimento da sessão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, uma questão de ordem. Não se passaram trinta segundos do término da chamada nominal em que se verificou a presença dos Srs. Deputados.

Na verificação imediata não se registra presença. Então, peço a Vossa Excelência, por uma questão de justiça, não considere presentes aqueles Deputados que efetivamente não estão no plenário, porquanto estes não vão levar falta. Muito embora, tenham respondido a chamada e se ausentassem do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa, de acordo com o Regimento Interno não tem condições de verificar quem está presente na sessão após a chamada nominal como bem foi levantada pelo nobre Deputado. O nobre Deputado pode pedir novamente chamada nominal.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então peço novamente chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá novamente chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. MÁRIO CELSO — Pela ordem, Sr. Presidente, só uma indagação seria possível antes da chamada?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, mas não há amparo na questão de ordem levantada pelo nobre Deputado.

O SR. MÁRIO CELSO — Eu só queria uma informação, Sr. Presidente. Só para saber se os que responderam chamada nominal fora de suas bancadas se é contado ou não? Porque temos observado gente respondendo atrás da Mesa Executiva ou lá do setor de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — É evidente que a Mesa dá comparecimento a quem responde do plenário, nobre Deputado.

O SR. MÁRIO CELSO — Do plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO — que torna obrigatório o registro diário da análise de leite empacotado vendido no Paraná, bem como sua divulgação, no primeiro dia útil de cada mês, pela Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.—

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando o adiamento da discussão e votação por dez (10) sessões. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Estou pedindo uma questão de ordem, porque o Deputado Fidelcino Tolentino, autor do projeto em questão, não tinha tomado conhecimento, segundo o meu entendimento, do requerimento do nobre líder Erondy Silvério, apesar que este requerimento que o Líder do PDS fez, foi em comum acordo com a liderança da nossa bancada.

Estou me antecipando para dar oportunidade ao Deputado autor, para saber se concorda ou não.

Apenas isto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já ia formular, Sr. Presidente, peço numa questão de ordem de que projeto se trata, porque só pelo número, não me recordo qual o teor do mesmo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que leu por inteiro o projeto.

Projeto de Lei n.º 59/80, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que torna obrigatório o registro de análises de leite empacotado vendido no Paraná. Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). Sr. Presidente.

Apenas para esclarecer que realmente é uma matéria judiciosa, que aflora agora com preceitos de nível federal e precisa ser examinada.

Estou de pleno acordo com o requerimento do Líder da maioria, para que se examine dentro de dez dias a viabilidade do trâmite deste projeto. E até sugeriria à Liderança do Governo, que movesse a Comissão de Justiça a se pronunciar novamente sobre o projeto.

Requeiro a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que encaminhe então, à Comissão de Constituição e Justiça, e nesses dez dias, faça isso verbalmente, para que esse requerimento vá à C.C.J.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, o projeto em referência deve mesmo retornar à C.C.J., e porquanto existe legislação específica em termos que declara que toda a fiscalização dos produtos de origem animal, são da competência exclusiva da União.

Nestas condições, endosso o requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, a fim de que Vossa Excelência remeta o projeto para novo parecer da C.C.J.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e reenviará à C.C.J., para os devidos fins.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/80, de autoria do Deputado PINTO DIAS, que autoriza o Poder Executivo a denominar "ARNALDO FAIVRO BUSATO", o Posto Estadual de Saúde da Cidade de Paranavaí. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 41/80), que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. Com emendas de plenário. Em regime de urgência. - Encerrada a discussão.

EMENDA N.º 01

AO PROJETO DE LEI N.º 92/80

Inclua-se:

Art. — Os oito (08) cargos de provimento em Comissão de Coordenador, com lotação nas respectivas Coordenadorias das Diretorias, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, passam a pertencer ao Símbolo DAS-5.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS

Apoiamento: Nelson Buffara, Renato Bernardi, Gilberto Agibert Filho.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6996, de 12/04/78, que criou a simbologia numérica geral com a denominação DAS, atribuiu aos chefes da COORDENADORIA dos órgãos do Poder Executivo, o Símbolo DAS-5 (Anexo III, referido pelo Art. 79).

De acordo com o § 1.º, do Art. 108, da Constituição Federal, os níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do Poder Executivo aplicam-se aos funcionários do Poder Legislativo.

Ainda nos termos do § 2.º, do mesmo artigo, da Carta Federal, a medida ora preconizada é característica da lei ordinária, daí porque se inclui como emenda no Projeto de autoria do Governo do Estado.

EMENDA N.º 02

AO PROJETO DE LEI N.º 92/80

Inclua-se:

"Art. — Os oito (08) cargos de Chefia dos Serviços Autônomos, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, passam a pertencer à Simbologia DAS-5.

Sala das Sessões, em

(a) PALÁCIO

Apoiamento: José Domingos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Quielse Crisóstomo, Adalberto Daros e Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

São dez (10) os Serviços Autônomos. Desses, dois já pertencem à Simbologia DAS-5. Em obediência ao princípio constitucional da isonomia (art. 153 § 1.º), deve-se equiparar os Serviços Autônomos sob a mesma simbologia.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 55/80), que introduz alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com Substitutivo Geral de Plenário, com Parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

EMENDA SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 128/80

Art. 1.º — Os cargos que integram as carreiras de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo, Contador e Bibliotecário, constantes da Tabela II da Lei n.º 7178, de 06 de julho de 1979, passam a ter os vencimentos fixados na Tabela I desta lei.

Art. 2.º — Os cargos de provimento efetivo da carreira de Motorista constantes da Tabela IV da lei referida no artigo

anterior, ficam transformados em cargos de provimento efetivo de carreira de Agente de Segurança Judiciário, com a classificação e vencimentos fixados na Tabela II, desta lei.

Art. 3.º — As atribuições, responsabilidade, características e condições pertinentes aos ocupantes dos cargos de Agente de Segurança Judiciário, serão especificados em regulamento editado por ato da Presidência.

Art. 4.º — Como consequência das modificações introduzidas pelo Art. 2.º, desta lei, ficam criados no Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada, os cargos:

1 Agente de Segurança Judiciário nível TA-20

1 Agente de Segurança Judiciário nível TA-19

1 Agente de Segurança Judiciário nível TA-18

Art. 5.º — As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) RENATO BERNARDI

Apoio: José Tavares, Adalberto Daros, Nilso Sguarezi e Deni Schwartz.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 128/80

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 55/80, de 27 de agosto de 1980, o Projeto de Lei nº 128 introduz alterações no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada e fixa os vencimentos dos ocupantes de seus cargos.

Tramitando por esta Casa, foi o projeto em pauta objeto de emenda substitutiva de caráter geral, voltando a esta Comissão de Constituição e Justiça, para parecer.

Examinando-se a matéria sob o ponto de vista legal e constitucional, embora bastante significativa a exposição de motivos do Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Alçada, somos, no entanto, obrigados a opinar desfavoravelmente quanto à aprovação do substitutivo geral apresentado, ao observarmos o disposto no item B, do parágrafo segundo, do Art. 25 da Constituição Estadual, que diz:

“Art. 25 — A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais estaduais, nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2.º — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista

a)

b) naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa e dos Tribunais estaduais”.

Considerando-se o exposto, nosso parecer é pela Rejeição do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 128/80

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 55/80, de 27 de agosto de 1980, visa o presente projeto de lei, introduzir as alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Quanto ao aspecto constitucional e legal que a esta Comissão cabe examinar, não há reparos a fazer.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha a mencionada mensagem.

Em face das razões expedidas, somos pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 128/80

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem 55/80, introduzindo alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi devidamente apreciado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer constante do processo, opinando favoravelmente à sua aprovação.

Analisando o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que a previsão orçamentária se encontra perfeitamente definida, não havendo, portanto, qualquer óbice que possa impedir, financeiramente, a sua aprovação.

Com isso, nosso parecer é Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1980.

(aa) Quilse Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 128/80

PARECER:

De autoria do Governo do Estado - Mensagem número 55/80, o projeto em pauta atribui novos vencimentos aos cargos de Assistente Jurídico PJ.TA-1 a 3, Assistente Técnico Administrativo PJ.TA-2, Contador PJ.TA-1 e Bibliotecário TA-30, assim como aos cargos de Motorista TA-18 a 20, a estes também conferindo nova quantidade, tudo nos termos dos artigos primeiro e segundo.

O projeto de lei está amparado por criteriosos estudos realizados pelos órgãos da Secretaria de Estados dos Recursos Humanos, bem como na necessidade de atender ao significativo aumento de atribuições decorrentes da legislação federal e estadual há pouco editada, razões que nos convencem plenamente da oportunidade da iniciativa governamental.

O parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1980.

(a) Jurandir Messias, Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/78, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Engenheiro Karlos Rischbieter. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 170/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro KARLOS RISCHBIETER.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Karlos Rischbieter, é hoje um nome de expressão nacional, graças ao seu talento, à sua capacidade de trabalho e seu alto espírito cívico.

Aliando estas três virtudes, raramente coexistentes, Karlos Rischbieter fez do Paraná o ponto de partida de sua escalada vitoriosa na vida pública brasileira.

Oriundo de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, aqui completou sua formação intelectual e profissional, e em nossa terra se encontrou com seu então promissor destino.

O Paraná, “terra de todas as gentes”, por sua vez, abriu generosamente seus braços a Karlos Rischbieter, e o acolheu e o

preparou para entregá-lo ao Brasil como mais uma contribuição à galeria dos grandes líderes, mas não renunciou a parternidade, e os paranaenses recusam-se a perdê-lo.

Por isso, desejam que o Poder Público Estadual, mediante norma legal, consagre esse direito inalienável de ter Karlos Rischbieter como um dos seus. E, fiel a esse imperativo da vontade coletiva, propomos à alta consideração desta Casa de representantes populares, a concessão do título de cidadania a esse nosso irmão que tanto orgulho nos tem dado, por todos os títulos e serviços prestados ao Paraná e ao Brasil, como demonstra a exuberância de seu "curriculum vitae".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 170/78

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro KARLOS RISCHBIETER, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao nosso Estado.

Justificando a medida, o autor da proposição apresenta o "curriculum vitae" do Engenheiro Karlos Rischbieter, que, pos si só, nos dá conta da justiça de tal proposição.

Tendo em vista que a homenagem a ser concedida afeta os demais Poderes constituídos de nosso Estado, solicitamos que o presente projeto de lei, antes de ser submetido à deliberação do Plenário, seja convertido em diligência junto à Presidência do egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado, a fim de que o mesmo possa também manifestar-se sobre a honraria que se pretende seja prestada em nome do Estado do Paraná.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, após o pronunciamento do egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 1979.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 48/80, de autoria do Deputado Cyro Martins, que denomina de PROFESSOR VALDEVINO LOPES, a unidade escolar de 1º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 48/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — fica denominada a Unidade Escolar de 1º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, de ESCOLA PROF. VALDEVINO LOPES, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Valdevino Lopes, professor de ensino primário, formado em 1935, iniciou como professor regente de classe no Grupo Escolar Noturno, anexo à Escola Normal César Prieto Martinez, em Ponta Grossa.

Além de professor de ensino primário e professor das disciplinas de matemática e geografia no ensino ginásial, exerceu funções de relevo na administração escolar, sempre em prol da Educação no Estado do Paraná, quais sejam:

- Inspetor de Ensino em Ponta Grossa.
- Diretor do Grupo Escolar Professor Colares.
- Fundador do Colégio Lourenço Filho.
- Diretor do Departamento Municipal de Educação.
- Secretário Municipal de Educação e Cultura.

— Membro do Conselho da Universidade de Ponta Grossa.

Também prestou sua capacidade de educador, ministrando aulas em colégios dos Municípios de Castro e de Ponta Grossa.

Participou ativamente do funcionamento da Escola Profissional Cel. Tibúrcio Cavalcanti e da criação do Departamento de Esportes e Recreação Orientada (DERO) do Município de Ponta Grossa.

Outras funções e desempenhos estão relacionados no Curriculum Vitae anexo, que apresenta perante todo o Paraná, os 40 anos de magistério, exercidos com muito carinho e dedicação exemplar.

O projeto de lei apresentado presta homenagem ao Professor Valdevino Lopes, um reconhecimento da comunidade paranaense, ao tudo que fez pelo ensino.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 48/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Cyro Martins, o presente projeto de lei visa denominar Prof. Valdevino Lopes, a unidade escolar de 1º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

A referida iniciativa não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional ou legal, e quanto à sua oportunidade, convence-nos plenamente a bem posta justificativa que acompanha a referida proposição, objeto de estudo nesta Comissão.

Face ao exposto, opinamos favoravelmente pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ailton Cordeiro, Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 48/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Cyro Martins, o presente plano de lei tem por objetivo denominar de Professor Valdevino Lopes, a unidade escolar de 1º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, temos que o Projeto de lei em pauta se acha plenamente justificado, motivo pelo qual nos manifestamos pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Del Ciel, Presidente; Nestor Baptista, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 103/80, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 103/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1980.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Ninguém poderia afirmar, nem muito menos prever que um menino pobre, nascido num vilarejo esquecido, perdido no mapa desse nosso Brasil tão grande, filho de humildes sitiantes

de Picuí, na Paraíba, um dia nos aparecesse como um grande cidadão prestante da Pátria, portador de uma mensagem corajosa e patriótica que, ainda moço, teve seu coração e inteligência despertados, no alvoreço de um sonho que fez a mais esplêndida realidade. FELIPE TIAGO GOMES nasceu em 1.º de maio de 1922, o menino de ontem; menino pobre; o cidadão de hoje, cidadão pobre.

Já o chamaram de bravo e ousado mosqueteiro; já o disseram, muitas e muitas vezes, idealista e: sonhador, irmão gêmeo dos poetas; já descobriram nele a seiva sagrada da pré-destinação; afirmaram-no apóstolo.

Conhecendo-o, como o conhecemos, já o tendo ao nosso lado, quando aqui chegava para lançar a semente de sua campanha, temos nele um homem simples e tímido, humilde e bom, cheio de fé na sua idéia, fugitivo da glória efêmera, infenso às lantejoulas das honrarias, das fulgurações. Como uma ostra que guarda em si a riqueza da pérola nacarada, ele guarda em si seus sentimentos e, podendo alçar-se, como uma águia, aos píncaros mais altos, soberana e altiva, ele prefere não voar e contenta-se em viver na planície, entre seus semelhantes, deles aprendendo as lições da vida e amando enternecidamente a juventude de sua Pátria.

Em 1949, chegou no Paraná. Tendo criado o seu primeiro ginásio, em Recife, o GINÁSIO CASTRO ALVES, da Campanha do Ginasiano Pobre, para os comerciários, balconistas, engraxates, gente do povo que não podia nem pensar em estudar, pois não tinham com que pagar as taxas e mensalidades escolares, FELIPE TIAGO GOMES ainda não contente, como um bandeirante, saiu pelo Brasil afora, num roteiro de luz, pontilhando nosso Território Pátrio de escolas e mais escolas, como se saquidisse, com suas mãos pródigas de graças, estrelas e mais estrelas iluminando os céus do Brasil. Pregava seu catecismo de fé nas virtualidades imanes do Povo; confiava, no seu credo, como um apóstolo, e afirmava que a educação era um direito de todos e não um privilégio de ricos. Falava e ouvia. Pediu atenção e compreensão. Inquebrantável, na sua fibra de cavalheiro andante nordestino, trazia, a incendiar-lhe a alma, o calor e inclemência de seus nordeste calcinado e heróico; encorajava seu espírito a luz do sol dos campos nordestinos. E seu amor ao Brasil, a certeza de seus ideais e idéias, o dirigiu, sem desesperos, porque ele era a esperança. Não agitou; não gritou rebeldias. Tranquilo e forte, consciente, viu-se e é um líder do maior movimento educacional do Brasil, e talvez do mundo.

O Paraná teve dele o mais destacado apreço. Não foi só uma meta, um ponto de apoio; uma tranqüila parada no seu caminho. Diante dele, Estados e outros Estados o chamavam. Aqui, contactou com os irmãos LINCOLN DA CUNHA PEREIRA e FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO que já tinham conhecimento da CNEC, em Pernambuco. E assim foi criado o segundo educandário Cenecista: o GINÁSIO PROFESSOR JOÃO CÂNDIDO, no bairro curitibano de Água Verde.

Felipe foi incansável, e com energia dos pioneiros iniciou a interiorização do ensino. Viajou, dias e dias, pelo interior, despertando o entusiasmo das comunidades, pregando a filosofia da sua CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, fundando no início da década de 50, unidades escolares nos Municípios de Santo Antônio do Caiuá, Bom Sucesso, Guaíra e outras localidades. O Paraná adolescente e sôfrego de progresso era um Estado ainda difícil. Não havia traçado, ainda, seu plano rodoviário. Estradas péssimas. Mas nem as intempéries, nem as mil dificuldades de pousadas e de caminhos, nada era problema para quem, acendido em sua fé, e escudado em seu ideal, tinha que vencer e venceu.

Graças a este caminheiro do sonho, graças a FELIPE TIAGO GOMES a CNEC do Paraná acha-se instalada em 86 municípios paranaenses com 135 estabelecimentos de ensino de

primeiro e segundo graus e, ainda recentemente, em co-participação com as Prefeituras de Toledo e Marechal Cândido Rondon fundou nessas cidades cinco cursos de nível superior.

No Brasil, a CNEC está instalada em 1.050 municípios, com 1.400 unidades escolares de primeiro, segundo e terceiro graus, com mais de 475.000 alunos e é considerada a maior rede educacional da América Latina, e quiçá do mundo, como unidade de ação unificada, e em cuja sombra aprendem a viver jovens que, sem a CNEC, não poderiam almejar um futuro mais promissor.

Sempre presente nas áreas mais carentes, mão estendida aos governos, respondendo às aspirações de comunidades grandes e pequenas, a CNEC é um atestado de trabalho patriótico, e não se há de esquecer que o seu fundador e, hoje, seu Superintendente, se tem merecido o título de cidadão de quase todos os Estados brasileiros, vem de nos merecer a mesma gratidão, e ele nada nos pede, nem pediu, senão a nossa compreensão, nosso respeito, nossa gratidão.

Sinto-me feliz em apresentar aos meus Pares, o projeto pelo qual, o Paraná reconhece os relevantes serviços desse Cidadão do Mundo, daquele que, deu de presente ao Brasil uma vida inteira de dedicação, de amor, e que é — sem dúvida — uma força para que nos realizemos educacionalmente, povo e poderes públicos de mãos dadas para promoverem a educação democrática.

Tendo como sua base estrutural as comunidades, a CNEC assegura a grandeza de si própria, sendo modelo nosso, nacional, que ao lado da ESCOLA ESTATAL e da ESCOLA PARTICULAR, delas se distingue e atua, sem rivalidades, não sendo competitiva. Se ao Governo é a Escola a obrigação constitucional e a limitação do erário; se a Escola Particular, do investimento, busca, com justiça, o lucro; nossa escola cenecista, dá a educação pelo preço de custo, sem visar lucro. Seu sistema promove ensino pelo custo e assegura aos desprovidos de recursos prioridade na matrícula reafirmando, na prática, a letra de seus estatutos.

Que o Paraná, pois, reconheça a grandeza desse cidadão e que, tendo olhos para ver, veja que nosso Estado é satisfeito de muito pelo que necessitávamos, na área da Educação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 103/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, objetiva o presente plano de lei conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, a Felipe Tiago Gomes.

A justificativa, por sinal extensa, nos convence plenamente da oportunidade e justiça desta medida, que visa tão somente prestar uma homenagem a quem tanto se dedicou pregando seu catecismo de fé nas virtualidades imanes do povo como um líder do movimento educacional do Brasil.

Não há impedimento algum de ordem constitucional, e legal, que possa obstar a tramitação normal por esta Casa deste plano de lei.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/80, de autoria do Deputado Del Ciel, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Aléssio Vaz Primo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 110/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. ALÉSSIO VAZ PRIMO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1980.

(a— DEL CIEL

APOIAMENTO: Adalberto Daros, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Mário Celso, Erondy Silvério, Dácio Leonel, José Domingos, Quielse Crisóstomo, João Mansur, Fiori Luiz, Paulo Camargo, Gernote Kirinus, David Cheriegate, Deni Schwartz, Nestor Baptista, Gilberto Carvalho, Pinto Dias, Túlio Zanchet, Lineu Turra, Cyro Martins, Palácios, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Tadeu Lúcio Machado, José Tavares, Valduga, Werner Wanderer, Rosário Pitelli, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Luiz Alberto Oliveira, Basílio Zanusso, Augusto Carneiro, Airton Cordeiro, Domício Scaramella, Carlos Zanlorenzi, Fabiano Braga Côrtes, Jurandir Messias, Nelson Buffara, Edilson Alencar, Darcy Deitos, Renato Bueno, Gilberto Carvalho, e Antônio Facci.

JUSTIFICATIVA:

A personalidade do Sr. Aléssio Vaz Primo tem marcado posição de destaque em nosso Estado e no País, face à sua atuação na Direção Nacional da Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

(O "curriculum vitae" acompanha o projeto original).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 110/80

PARECER:

O autor do presente projeto de lei, tenciona, com a medida, distinguir o Sr. Aléssio Vaz Primo com o título de Cidadania Honorária do Paraná.

Em sua justificativa, analisa as qualidades do homenageado, anexando ainda seu currículo.

É de ser notado que a iniciativa encontrou, de imediato, apoio da grande maioria dos Parlamentares com assento nesta Casa, que a subscreveram na qualidade de co-autores do Projeto.

Analisada a medida pelo seu aspecto legal e constitucional, verifica-se conformar-se com todos os dispositivos legais regentes da espécie, sem obstáculos a se lhe antepor.

Face ao exposto, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1.980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Airton Cordeiro, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Geni Camargo Passos, ocorrido na cidade de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Francisco Kramer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Brandalise, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Kramer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Andreas Probst, ocorrido na cidade de Campo Mourão — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo fale-

cimento do Sr. Antônio Gomes, ocorrido em Campo Mourão. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, com o apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornalista paranaense Dino Almeida, que completa 25 anos ininterruptos de trabalhos na imprensa do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 33.º aniversário do Município de Campo Mourão, que ocorrerá dia 10 de outubro do corrente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo seja procedida a construção de calçamento e meio-fios em diversas ruas. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Dino Almeida, pela passagem do 25.º aniversário de atividade profissional. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, com o apoio do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja convocado o Sr. Secretário da Educação, a comparecer em Sessão Plenária desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre assuntos atinentes à sua Pasta. Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, encarecendo sejam efetuados estudos para o ensino obrigatório relativos aos males do uso do fumo. **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa solicita dos Srs. Deputados Líderes de bancada, bem como dos Srs. Vice-Líderes, uma reunião no Gabinete desta Presidência.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, comunicando que para integrar a Comissão Especial sobre Problemas Energéticos no Paraná, a Bancada do PTB será representada pelo Deputado que este subscreve. Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins. **O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes)** Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente, devo confessar que, quando da aprovação da ata da sessão anterior, aprovada hoje, realmente eu não estava em plenário, e a ata foi aprovada.

Sr. Presidente, passo a estranhar no que diz respeito as presenças dos Srs. Deputados nesta Casa.

Posso ver perfeitamente que, na sessão de sexta-feira, foram feitas duas chamadas: uma no início da sessão, com as presenças de Srs. Deputados, como foi o caso do Depu-

tado Erondy Silvério, e que posteriormente saiu do plenário, porque disse ter uma missão oficial a cumprir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa esclarece ao nobre Deputado, que os Deputados Erondy Silvério e Airton Cordeiro, foram representar esta Presidência junto aos órgãos do Governo, impossibilitada esta Presidência de lá comparecer. Designou os dois Deputados.

O SR. ADALBERTO DAROS — Concordo com Vossa Excelência.

Todavia, na Ata não consta esta designação, e, sim, a presença na sessão. Mas, se Vossa Excelência me permite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa esclarece ao nobre Deputado que, por esta razão, é que está convidando os Srs. Líderes e Vice-Líderes para uma reunião no gabinete da Presidência.

O SR. ADALBERTO DAROS — Concordo com Vossa Excelência, Sr. Presidente, gostaria de colocar mais uma coisa, concluindo: de perguntar ao Deputado Paulo Camargo, que talvez não esteja presente: nós vemos perfeitamente de que a primeira ou a segunda, não sei, chamada dos Srs. Deputados, consta um tipo de presença, que se vê perfeitamente que é a do Deputado Paulo Camargo; a segunda, a gente nota perfeitamente, que é do assessor da Mesa, Sr. Jorge, perfeitamente, Sr. Presidente. E nesta segunda é que houve

os descontos. Não quero levantar suspeitas de ninguém, Sr. Presidente, mas nesta reunião de hoje, caso eu comprove o que estou vendo, vou pedir abertura de inquérito aqui dentro. Pessoas com falta e com presença aqui, Sr. Presidente. Só isso.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 49, 50 e 51/80 e de Lei n.ºs 43, 64 e 98/80.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 86, 92 e 128/80.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 48, 103, 110/80; e 170/78.

Levanta-se a sessão.